

A temática ambiental no cotidiano dos cursos de licenciatura: uma análise bibliográfica dos trabalhos publicados no ENALIC (2010 a 2018)

The environmental theme in the daily life of undergraduate courses: bibliographical survey based on the works published in ENALIC (2010 to 2018)

Lorena da Silva Huebra(1); Cláudio Alves Pereira(2)

1 Especialista em Docência, Ênfase Educação Básica. Instituto Federal de Minas Gerais – *Campus* Avançado Arcos, Arcos-MG, Brasil.

E-mail: lorenahuebra92@gmail.com | ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3686-245X>

2 Mestre em Educação. Instituto Federal de Minas Gerais – *Campus* Avançado Arcos, Arcos-MG, Brasil.

E-mail: claudioapessoal@gmail.com | ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4829-6272>

Revista Brasileira de Ensino Superior, Passo Fundo, vol. 5, n. 1, p. 124-144, Janeiro-Março, 2019 - ISSN 2447-3944

[Recebido: Novembro 20, 2019; Aceito: Abril 20, 2020]

DOI: <https://doi.org/10.18256/2447-3944.2019.v5i1.3728>

Endereço correspondente / Correspondence address

Instituto Federal de Minas Gerais – *Campus* Avançado Arcos
Avenida Juscelino Kubitschek, 485, bairro Brasília, CEP 35588-000, Arcos, Minas Gerais, Brasil.

Sistema de Avaliação: *Double Blind Peer Review*
Editora: Thaísa Leal da Silva

Como citar este artigo / How to cite item: [clique aqui/click here!](#)

Resumo

Esta pesquisa apresenta-se como um estudo do tipo exploratório, utilizando como técnica de seleção o levantamento bibliográfico dentre os trabalhos publicados nos anais do Encontro Nacional das Licenciaturas (ENALIC), no período de 2010 a 2018, assumindo o paradigma qualitativo para a análise dos dados coletados. O objetivo de pesquisa assumido pelos pesquisadores foi o desafio de elencar, dentre o total destes trabalhos, aqueles que discutiam a temática ambiental nos cursos de licenciatura brasileiros. O evento da pesquisa tem se mostrado potente como ambiente de pesquisa, pois reúne pesquisas desenvolvidas nos cursos de licenciatura e, portanto, pela análise dos trabalhos publicados, permite-nos mapear o cenário brasileiro da inserção da temática ambiental nos cursos de licenciatura. Entendendo que possíveis fragilidades no estudo desta temática à época da formação inicial pudessem ser trabalhadas na formação continuada, um segundo crivo foi adotado pelos pesquisadores ao selecionar os trabalhos que tratavam da temática ambiental do egresso da licenciatura, já no ambiente escolar. Como resultado, observou-se que a temática ambiental não era destaque no ENALIC. Adicionalmente, foi possível concluir que o número de pesquisas que vinculam a temática ambiental a ações de formação continuada de professores é ainda menor, fato que acende o alerta às autoridades municipais, estaduais e federais para a necessidade de se investir em políticas públicas que consigam tornar reais as práticas pedagógicas pretendidas nas legislações ambientais e educacionais, sejam por meio da discussão do currículo das licenciaturas ou pelo investimento em cursos de formação continuada de professores.

Palavras-chave: Educação Ambiental. Formação Continuada de Professores. Licenciatura. ENALIC.

Abstract

This research presents itself as an exploratory study, using as a selection technique the bibliographic survey among the works published in the annals of the National Meeting of Teachers Graduations (ENALIC), in the period from 2010 to 2018, assuming the qualitative paradigm for the analysis of the collected data. The research objective assumed by the researchers was the challenge of listing, among the total of these works, those who discussed the environmental theme in Brazilian undergraduate courses. The research event has proved to be powerful as a research environment, as it gathers research developed in undergraduate courses and, therefore, through the analysis of published works, it allows us to map the Brazilian scenario of the insertion of environmental themes in undergraduate courses. Understanding that possible weaknesses in the study of this theme at the time of initial training could be worked on in continuing education, a second screen was adopted by the researchers when selecting the works that dealt with the environmental theme of the graduate of the degree, already in the school environment. As a result, it was observed that the environmental theme was not highlighted in ENALIC. Additionally, it was possible to conclude that the number of researches that link the environmental theme to continuing teacher education actions is even smaller, a fact that ignites the alert to municipal, state and federal authorities for the need to invest in public policies that manage to make real the pedagogical practices intended in the environmental and educational legislation, either by discussing the curriculum of teachers graduations or by investing in continuing education courses for teachers.

Keywords: Environmental Education. Continuing Teacher Education. Teacher Graduation. ENALIC.

1 Introdução

Com o intuito de que se pudesse discutir, em nível nacional, os currículos dos cursos de formação de professores, buscando inclusive discutir novos cenários para a formação inicial de professores da Educação Básica, foi organizada a primeira edição do Encontro Nacional das Licenciaturas (ENALIC), ainda no ano de 2010, tendo a Universidade Federal do Amazonas (UFAM) como local do evento. Pela análise do material gráfico produzido para a divulgação da primeira edição do evento, pode-se identificar que já havia a intenção basilar de promover o envolvimento dos cursos de licenciatura nas discussões e reflexões epistemológicas das estruturas curriculares, priorizando a perspectiva interdisciplinar na formação de professores.

Trazendo referenciais teóricos que nos ajudam a entender a necessária inclusão da temática ambiental nos currículos dos cursos de licenciatura, apresentando ao leitor o embasamento legal que estabelece essa necessidade e aponta caminhos para que esse trabalho aconteça, os pesquisadores apresentam como objetivo desta pesquisa colocar em debate se, para além da legislação, o ambiente de estudo na formação inicial dos licenciandos tem desenvolvido discussões sobre a temática ambiental. Para isso, entendem que as evidências trazidas pelos trabalhos públicos no ENALIC permitirão fazer essa análise, problematizando possíveis lacunas e silenciamentos.

Para alcançar esse objetivo, o presente artigo se propõe a fazer um mapeamento dos trabalhos apresentados no ENALIC a partir da análise qualitativa dos resumos dos trabalhos publicados no período de 2010 a 2018 que se enquadravam na temática “Educação Ambiental”.

Pela análise dos trabalhos, a pesquisa aponta para uma necessária expansão do estudo com a temática ambiental tanto nos cursos de licenciatura quanto em cursos de formação continuada de professores, dada a importância da temática para a formação dos estudantes da Educação Básica, foco dos cursos de licenciatura.

2 Referenciais Teóricos

2.1 A temática ambiental e a prática pedagógica docente: embasamento legal brasileiro e referenciais teóricos

O Programa de formação de educadores ambientais¹, proposto pela Diretoria de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente (DEA/MMA), sugere que cada pessoa, grupo ou coletivo deve ser responsável pela sua constante formação na área

1 Documento técnico “ProFEA – Programa Nacional de Formação de Educadora(es) Ambientais: por um Brasil educado e educando ambientalmente para a sustentabilidade”. Disponível em: https://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/_arquivos/dt_08.pdf. Acesso em: 15 dez. 2019.

ambiental, mantendo-se atento às discussões da área e desempenhando o seu papel de educador ambiental no seu local de atuação, todos contribuindo para o alcance de processos sustentáveis de produção e de convivência.

Segundo Carvalho (2006), observa-se que a prática pedagógica docente está diretamente relacionada com a percepção dos professores sobre a Educação Ambiental e onde essas concepções trazidas por eles sobre a temática ambiental podem divergir ou convergir para o agir ou o comportar-se diante dessas concepções. Segundo a autora, muitos comportamentos e ações dos professores em relação à Educação Ambiental podem estar baseados em pressões sociais, o que diminui a importância do seu valor social como educador. Gonzaga (2013), por sua vez, nos ensina que a prática pedagógica docente, se desenvolvida de maneira apenas mecânica, não problematizadora, não tem potencial para produzir o impacto necessário nos alunos a respeito da conscientização ambiental.

No campo da legislação nacional, a Lei nº 9.795/1999 instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) e em seu art. 5º podemos identificar os objetivos fundamentais da Educação Ambiental:

Art. 5º. São objetivos fundamentais da educação ambiental:

- I – o desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos;
- II – a garantia de democratização das informações ambientais;
- III – o estímulo e o fortalecimento de uma consciência crítica sobre a problemática ambiental e social;
- IV – o incentivo à participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania;
- V – o estímulo à cooperação entre as diversas regiões do País, em níveis micro e macrorregionais, com vistas à construção de uma sociedade ambientalmente equilibrada, fundada nos princípios da liberdade, igualdade, solidariedade, democracia, justiça social, responsabilidade e sustentabilidade;
- VI – o fomento e o fortalecimento da integração com a ciência e a tecnologia;
- VII – o fortalecimento da cidadania, autodeterminação dos povos e solidariedade como fundamentos para o futuro da humanidade (BRASIL, 1999).

Percebe-se que os legisladores entendem que uma política de educação ambiental não se faz sem a participação social, seja em seus espaços micro ou macropolíticos, e

apontam para um necessário fomento à pesquisa e à tecnologia para que esses objetivos sejam alcançados. No campo educacional brasileiro, a mesma lei determina que a temática da Educação Ambiental deve ser ministrada em todas as instituições de ensino, públicas e privadas, e em todos os níveis e modalidade do ensino formal. Contudo, reconhecendo a carência de capacitação dos professores na área da educação ambiental, essa lei estabelece, em seu artigo 11, uma necessária capacitação direcionada aos docentes já em atividade, ou seja, o investimento em formação continuada de professores.

Com o objetivo de regulamentar a Lei 9.795/1999, o governo federal publicou, em 25 de junho de 2002, o Decreto nº 4.281, legislação que criou o órgão gestor e o seu comitê assessor, responsáveis diretos pela implantação da PNEA. Pela leitura deste decreto, mais uma vez fica clara a intenção dos legisladores em estabelecer o marco da integração que deve acompanhar as práticas com a temática ambiental nas instituições de ensino, bem como os documentos norteadores para esse trabalho:

Art. 5º Na inclusão da Educação Ambiental em todos os níveis e modalidades de ensino, recomenda-se como referência os Parâmetros e as Diretrizes Curriculares Nacionais, observando-se:
I – a integração da educação ambiental às disciplinas de modo transversal, contínuo e permanente; e
II – a adequação dos programas já vigentes de formação continuada de educadores (BRASIL, 2002).

De maneira a organizar o trabalho escolar com a temática ambiental, o Conselho Nacional de Educação, por meio do Parecer CNE/CP 014/2012, definiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental (DCN/EA), deixando claro o seu papel de nortear a implementação do estudo da temática Meio Ambiente nas instituições de ensino de educação básica e de Ensino Superior. Ao definir os seus objetivos, o referido documento apresenta-os como:

- a) sistematizar os preceitos definidos na Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, bem como os avanços que ocorreram na área para que contribuam para assegurar a formação humana de sujeitos concretos que vivem em determinado meio ambiente, contexto histórico e sociocultural, com suas condições físicas, emocionais, culturais, intelectuais;
- b) estimular a reflexão crítica e propositiva da inserção da Educação Ambiental na formulação, execução e avaliação dos projetos institucionais e pedagógicos das instituições de ensino, para que a concepção de Educação Ambiental como integrante do currículo supere a mera distribuição do tema pelos demais componentes;
- c) orientar os cursos de formação de docentes para a Educação básica;

d) orientar os sistemas educativos dos diferentes entes federados e as instituições de ensino que os integram, indistintamente da rede a que pertençam (BRASIL, 2012).

Segundo Pereira (2016), é interessante a análise da seção “Marco Conceitual” das DCN/EA em que a relatora apresenta as diversas correntes de estudo e uma análise da Educação Ambiental que, segundo ela, tem gerado “práticas educacionais muitas vezes reducionistas, fragmentadas e unilaterais da problemática ambiental, e abordagem despolitizada e ingênua dessa temática” (PEREIRA, 2016, p. 63). Ainda analisando o documento, o autor aponta que, se o objetivo é a busca da compreensão e ressignificação da relação entre seres humanos e natureza, tendo como foco o reestabelecimento de uma relação simétrica entre os interesses das sociedades e os processos naturais, “o parecer assume a posição de defender uma ‘Educação Ambiental na perspectiva socioambiental, da justiça ambiental, das relações comerciais equilibradas e das concepções de sustentabilidade’” (PEREIRA, 2016, p. 65). E continua:

As DCN/EA incumbem aos sistemas de ensino e às instituições educacionais a responsabilidade de promover ações que levem a reflexões e debates, instituem programas de formação para os docentes e para os técnicos com a finalidade de inserir a Educação Ambiental tanto na sua formação acadêmica quanto na (re) organização dos espaços físicos da Escola (PEREIRA, 2016, p. 65).

Voltando o nosso foco para a legislação que trata da formação de professores, um importante documento para nossa análise é a Resolução CNE/CP nº 2, publicada em 1º de julho de 2015 e que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para a Formação Inicial e Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica². Este documento apontava para avanços conseguidos pelas políticas que visam ao desenvolvimento e valorização do professor da Educação básica. Na análise do Parecer CNE/CP nº 2, de 9 de junho de 2015, documento que embasa a resolução, Pereira (2016) ressalta que, ainda no início do documento, chama a atenção um trecho em que se discute a distribuição de vagas entre as modalidades (bacharelado e licenciaturas) e um alerta quanto à formação destinada ao licenciando:

2 Essa resolução foi alterada pela Resolução CNE/CP nº 1, de 9 de agosto de 2017 e, posteriormente, revogada pela Resolução CNE/CP nº 3, de 3 de outubro de 2018. Essas atualizações tratam especificamente da dilatação do prazo previsto no Art. 22 da Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015, tendo como última redação: “Art. 22. Os cursos de formação de professores, que se encontram em funcionamento, deverão se adaptar a esta Resolução no prazo improrrogável de 4 (quatro) anos, a contar da data de sua publicação”. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/outubro-2018-pdf-1/98131-rcp003-18/file>. Acesso em: 15 dez. 2019.

Ao segmentarem a educação superior pelo estímulo à expansão das matrículas e à diversificação institucional, na prática, as políticas para o setor, na maioria dos casos, contribuíram para a redução da educação superior à função de ensino. Como decorrência desse processo, ocorreram processos e disputas de concepções na ação institucional relativa à formação de professores, destacando-se o locus onde deveria ocorrer suas prioridades, diretrizes, dinâmica curricular, relação entre formação e valorização profissional, entre outras. É importante situar que a priorização dos bacharelados, nas diversas áreas, contribuiu para a redução de espaço dos cursos de licenciatura e, em muitos casos, para o consequente empobrecimento da formação de professores, agravado, ainda, pelo fato de grande parte das IES formadoras – faculdades e centros universitários – pautar sua atuação no âmbito do ensino, secundarizando a pesquisa e a extensão. Por outro lado, é relevante reconhecer, paradoxalmente, outros movimentos, sobretudo nas universidades, de rediscussão da formação, resultando na instituição de fóruns de licenciaturas, na estruturação de projetos pedagógicos articulados para as licenciaturas, na proposição de políticas e gestão, entre outros (BRASIL, 2015).

Segundo o autor, o documento apontava dois fatos importantes para as pesquisas que têm a licenciatura como foco: i) a diminuição da oferta de cursos de licenciatura no cenário educacional brasileiro; e ii) a prioridade dada por esses cursos, em sua organização curricular a atividades de ensino, em detrimento das atividades que envolvam a pesquisa e a extensão.

Mais recentemente, o Parecer CNE/CP nº 22/2019, aprovado em 7 de novembro de 2019, atualizou as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e trouxe, como complemento à resolução anterior (2015), a instituição de uma Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação) e, nesta, a temática ambiental está representada apenas pelo termo “socioambiental” e este aparece apenas uma vez no texto do parecer, na Tabela 4 intitulada “Competências Gerais Docentes da BNC-Formação” e consta em seu item 7:

Desenvolver argumentos com base em fatos, dados e informações científicas para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns, que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental, o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta (BRASIL, 2019).

No entendimento de Zakrzewski e Sato (2001), a inclusão da Educação Ambiental na prática pedagógica cotidiana dos professores precisa contribuir para a construção de um novo conhecimento profissional, entendendo-o como um conhecimento prático, diferenciado, mediador entre as teorias e a ação profissional, integrador e profissionalizado, organizado em torno de problemas relevantes para a prática profissional, um conhecimento capaz de reconhecer a complexidade e a singularidade dos processos de ensino-aprendizagem.

Segundo Dias (1992), o trabalho com a Educação Ambiental deve atingir todas as fases do ensino formal e não formal, deve examinar as questões ambientais do ponto de vista local, regional, nacional e internacional, analisando suas causas, consequências e complexidade, buscando estratégias e soluções para os problemas ambientais. Assim, entender como necessária a inclusão da temática ambiental nos currículos dos cursos de licenciatura e em cursos de formação continuada de professores é garantir espaço para que a temática ambiental realmente seja discutida e problematizada, trazendo potencial para contribuir para o meio ambiente e o bem-estar social.

2.2 A formação continuada de professores

Para além da formação inicial, investir em ações de capacitação no ambiente de trabalho dos professores tem se mostrado necessário e urgente. Conforme aponta Shön (1995), o processo de formação de professores não se reduz ao treinamento e capacitação, nem tampouco apenas na transmissão de saberes, mas se constitui em uma reconstrução de valores éticos, quando levados à reflexão. Segundo o autor, suas pesquisas apontam para uma dificuldade das instituições de ensino em incluir no cotidiano das suas práticas educativas, a abordagem da Educação Ambiental e, conseqüentemente, os professores têm encontrado obstáculos para trazer o assunto para a sala de aula.

Reconhecer a escola como um ambiente de construção de saberes e como produtor de conhecimento, como um ponto de partida e de chegada para promover a formação continuada pressupõe uma valorização do protagonismo do professor nesse processo de construção de conhecimentos. Nesse sentido, tomando Nóvoa (2009) como referencial, neste processo de reconhecer o ambiente escolar como um local de formação dos professores pressupõe assumi-la “[...] como o espaço da análise partilhada das práticas, enquanto rotina sistemática de acompanhamento, de supervisão e de reflexão sobre o trabalho docente” (p. 41).

Como ser produtivo e constituinte de uma malha sociocultural, é preciso entender o processo de formação continuada com foco no ambiente escolar, tomando o professor como um ser criativo, capaz de reavaliar as suas experiências e, em contato com os seus pares, contribuir para o processo de reavaliação do outro e reorientar a sua

própria prática pedagógica. Josso (2006) toma o professor como um ser político em seu ambiente de trabalho:

[...] enquanto implicação da pessoa e seus interesses de conhecimento e de formação que podem ser formulados pela própria pessoa ou por outros, por um lado e por outro lado, que essa pessoa está interessada em compreender e contribuir para nutrir o envolvimento e os interesses de conhecimento de seus parceiros na situação educativa; dito de outro modo, interessada em participar de uma pedagogia da troca de saberes (JOSSO, 2006, p. 30).

A autora tem consenso com Nóvoa (2002), entendendo o espaço escolar como um ambiente em que diferentes indivíduos constituem a coletividade, sendo estes sujeitos responsáveis e autônomos para o direcionamento de suas práticas pedagógicas. Nóvoa (2002) ainda chama a atenção para a necessidade de se superar a imagem do professor como aquele subordinado e apolítico:

A formação contínua deve estimular uma perspectiva crítico-reflexiva que forneça aos professores os meios de um pensamento autônomo e que facilite as dinâmicas de autoformação participada. Estar em formação implica um investimento pessoal, um trabalho livre e criativo sobre os percursos e os projetos próprios, com vista à construção de uma identidade, que é também uma identidade profissional (NÓVOA, 2002, p. 38-39).

A Escola seria, portanto, na análise desses autores, um espaço em que há formação dos sujeitos, inclusive formação docente. Retomando ao texto do Parecer CNE/CP nº 22/2019, ao apresentar a política de formação de professores para a Educação Básica, em consonância com os marcos regulatórios, em especial com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica entendem a formação continuada docente como um dos seus princípios relevantes:

[...]
g) a articulação entre a formação inicial e a formação continuada;
h) a formação continuada que deve ser entendida como componente essencial para a profissionalização docente, devendo integrar-se ao cotidiano da instituição educativa e considerar os diferentes saberes e a experiência docente, bem como o projeto pedagógico da instituição de Educação Básica na qual atua o docente;
[...] (BRASIL, 2019)

Gatti, Barreto e André (2011), trazendo o conceito de “governo da educação” cunhado por Tedesco (2010), defendem que a formação docente requer:

[...] uma mudança conceitual respeitável, colocando as políticas relativas aos docentes em um marco de governo, ou de governos que se sucedem em uma sociedade, e não as tratando como programas esparsos ou de forma genérica, sem ancoragem (GATTI; BARRETO; ANDRÉ, 2011, p. 13).

Em sua obra, as autoras fazem um amplo levantamento das políticas docentes no Brasil, um estudo do tipo estado da arte, com amplo espectro e que nos fornece dados importantes para a presente pesquisa. Investigando as publicações nas décadas de 1990 a 2010, elas apontam que as pesquisas com o tema “formação de professores” produzidas nos programas de pós-graduação brasileiros” tiveram um expressivo aumento ao longo dessas décadas: se em 1990 a soma de teses e dissertações representavam cerca de 7%, em 2007 essa soma era responsável por cerca de 22% do total de publicações. Segundo elas,

A mudança não ocorreu apenas no volume de pesquisas, mas também nos objetos de estudo: nos anos de 1990, a grande maioria das investigações científicas nessa subárea centrava-se nos cursos de formação inicial (75%); nos anos de 2000, o foco dirige-se ao(a) professor(a), aos seus saberes, às suas práticas, às suas opiniões e às suas representações, chegando a 53% do total de estudos (GATTI; BARRETO; ANDRÉ, 2011, p. 15).

Assim, nota-se que as pesquisas acadêmicas produzidas nos programas de pós-graduação brasileiros tomaram caminhos sinuosos ao longo do tempo, antes colocando luzes sobre os cursos de licenciatura e, a partir de 2010, evidenciando um movimento de investigar os processos formativos que acontecem com o professor no seu local de trabalho, ou seja, na Escola. Atentas a esse movimento, Gatti, Barreto e André (2011) manifestam entendê-lo por duas óticas: uma positiva, caso essa observação do professor em seu lócus de trabalho, entender como se dá a prática pedagógica cotidiana e, com isso, “descobrir, com eles, quais os caminhos mais efetivos para alcançar um ensino de qualidade que se reverta em uma aprendizagem significativa para todos os alunos” (p. 15).

Contudo, apontam as autoras, há um ponto preocupante nesta mudança de foco das pesquisas (e conseqüentemente dos interesses da comunidade acadêmica e da sociedade, por conseqüência).

No entanto, essa mudança de foco das pesquisas provoca dois tipos de preocupação: por um lado, que não se deixe de investigar a formação inicial, que ainda carece de muito conhecimento sobre como formar professores competentes para atuar no mundo atual; por outro lado, as pesquisas não podem correr o risco de reforçar uma ideia, corrente no senso comum, de que o(a) professor(a) é o único elemento no qual se deve investir para melhorar a qualidade da educação. Há outros elementos igualmente importantes – como a valorização social da profissão, os salários, as condições de trabalho, a infraestrutura das escolas, as formas de organização do trabalho escolar, a carreira – que devem fazer parte de uma política geral de apoio aos docentes. São múltiplos os fatores que não podem ser esquecidos, nem desconsiderados no delineamento de políticas para os professores (GATTI; BARRETO; ANDRÉ, 2011, p. 15).

Pereira (2016), em pesquisa realizada em cursos de licenciaturas de uma instituição federal, aponta ser necessário oferecer oportunidades de estudo e de pesquisas com foco na temática ambiental ao licenciando, pois entende que “a segurança para conduzir os trabalhos com esta temática em uma sala de aula da educação básica é adquirida e ou reforçada no curso de licenciatura” (p. 137). Ainda segundo o autor,

[...] quando não ocorre a inserção da temática Meio Ambiente na formação inicial do professor, observam-se significativos reflexos na sua práxis educacional, comprometendo também a possibilidade de inserção desta temática no seu ambiente social e de trabalho. É preciso, portanto, construirmos um ciclo virtuoso de estudo da temática ambiental em todos os ambientes escolares, da licenciatura à educação básica, e vice versa (PEREIRA, 2016, p. 137).

A partir dos referenciais teóricos elencados para essa pesquisa, o estudo volta o seu olhar para os trabalhos publicados no Encontro Nacional das Licenciaturas (ENALIC), no período de 2010 a 2018: os trabalhos publicados nesse período têm trazido discussões sobre a temática ambiental ocorridas em cursos de licenciaturas? Caso o número de trabalhos for pequeno, a temática ambiental tem sido objeto de estudo em cursos de formação continuada de professores?

3 Procedimentos metodológicos

Cunha (2001) aponta que após a definição do tema da pesquisa, é preciso definir qual fonte de informação será empregada. Conforme já identificado, os trabalhos

publicados no ENALIC entre os anos 2010 e 2018 comporão a base de dados aqui apresentada.

De acordo com Ferreira (1999), a análise dos resumos de uma certa área de conhecimento com o intuito de identificar marcas de semelhança nos permite constatar que esses resumos cumprem a finalidade de informar o leitor, de maneira rápida, sucinta e objetiva sobre o trabalho do qual se originam.

Ainda de acordo com Slongo (2004), é possível elaborarmos uma pesquisa de Estado da Arte utilizando resumos de trabalhos publicados em anais de congressos, seminários e encontros, onde no primeiro momento há uma quantificação e identificação de dados bibliográficos dentro de um período delimitado previamente, como em anos, locais ou áreas de produção. Agindo dessa forma, Ferreira (1999) nos ensina que é possível acompanhar o amadurecimento das temáticas de pesquisa ao longo desse período pré-determinado e o pesquisador, em um segundo momento, de acordo com sua área de interesse, organiza o material de forma a dar ênfase ou fazer suas escolhas metodológicas e teóricas, elaborando um comparativo entre esses trabalhos. Após esses dois momentos, deve-se estabelecer os critérios para a seleção do material, como palavras-chave, e então se faz o levantamento dos documentos com posterior leitura dos mesmos e direcionamento da pesquisa.

Esta pesquisa não se constitui como um levantamento do tipo Estado da Arte, visto que isso demandaria um maior tempo de pesquisa e a ampliação das bases de dados. Ao elegerem o Encontro Nacional de Licenciaturas (ENALIC) como a sua base de dados, os pesquisadores o assumem como sendo potente para as análises trazidas por eles, visto que o evento representa um número expressivo de trabalhos de pesquisa produzidos por licenciandos ou que têm foco nas licenciaturas. De maneira a zelar pelo rigor metodológico, os pesquisadores adotaram técnicas de construção do Estado da Arte na seleção dos trabalhos para essa pesquisa.

Como o objetivo da pesquisa é investigar como a temática ambiental está sendo trabalhada nos cursos de licenciatura e buscar registros dos efeitos desse trabalho (ou falta dele) nos diferentes níveis do ensino, tendo como base de dados os trabalhos apresentados no ENALIC (de 2010 a 2018), os pesquisadores selecionaram aqueles que trabalhavam as temáticas relativas à Educação Ambiental (EA). Feita esta primeira seleção e tendo notado o baixo número de trabalhos, os pesquisadores então buscaram relacionar a temática ambiental à Formação Continuada de Professores (FCP). Assim, foram criados os operadores de busca “Educação Ambiental” e “Formação Continuada de professores”; posteriormente, estes trabalhos foram analisados por uma abordagem qualitativa.

O Encontro Nacional das Licenciaturas (ENALIC) teve início em 2010 e cabe ressaltar que, naquele ano, não houve apresentação de trabalhos, sendo a estratégia adotada pelos organizadores a apresentação de relato de experiências seguidas de

diálogos entre os participantes. É importante também ressaltar que não houve a realização do evento nos anos de 2015 e 2017.

De maneira a compor o nosso objeto empírico, a base de dados desta pesquisa foi composta com os trabalhos apresentados nas edições do ENALIC em suas edições de 2011, 2012, 2013, 2014, 2016 e 2018. Acessando as páginas eletrônicas dos eventos, os pesquisadores realizaram a seleção preliminar dos trabalhos que estavam ligados à temática Educação Ambiental (EA), sendo encontrados um total de 333 trabalhos que tratavam da temática ambiental. Tomando este primeiro subgrupo, os pesquisadores começaram a segunda etapa da seleção: identificar quais destes trabalhos também traziam para discussão a temática Formação Continuada de Professores (FCP), sendo encontrados 6 (seis) trabalhos. Selecionados, os trabalhos desse segundo subgrupo foram analisados por meio da leitura dos seus resumos.

4 Resultados e discussões

4.1 Quantidade de trabalhos apresentados no ENALIC (2010 – 2018)

A primeira análise feita teve o objetivo de delimitar o objeto de pesquisa. Assim, dos 4.521 trabalhos apresentados no ENALIC no período de 2010 a 2018, apenas 333 deles trabalharam com discussões sobre a temática ambiental (7,4% do total) e, desses, somente seis trabalhos se relacionavam às temáticas Educação Ambiental e Formação Continuada de Professores.

O levantamento demonstra que, numericamente, há uma parcela muito pequena de pesquisas (0,13% do total de publicações no ENALIC) que relacionavam a Educação Ambiental com a Formação Continuada de Professores. Ainda que tomemos por base apenas o subgrupo das pesquisas que tratam da Educação Ambiental, menos de 2% delas tratam da temática ambiental em cursos de formação continuada de professores. Esses dados apontam que a temática ambiental não tem sido um interesse importante de pesquisa, de maneira geral.

O quadro abaixo apresenta o detalhamento quantitativo dos trabalhos apresentados no ENALIC no período selecionado (2010 a 2018).

Quadro 1. Trabalhos apresentados no ENALIC (período 2010-2018)

Ano	Local de Realização do Evento	Total de trabalhos apresentados	Subgrupo 1: Trabalhos que apresentavam pesquisas com a temática ambiental	Subgrupo 2: Trabalhos do subgrupo 1 que discutiam, concomitantemente, a temática formação continuada de professores
2010	Universidade Federal do Amazonas (UFAM)	Não houve apresentação de trabalhos		
2011	Universidade Federal de Goiás (UFGO)	198	7	1
2012	Universidade Federal do Maranhão (UFMA)	816	10	1
2013	Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM)	1064	225	1
2014	Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)	133	32	0
2015	Evento não realizado	-	-	-
2016	Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR)	1810	50	1
2017	Evento não realizado	-	-	-
2018	Universidade Federal do Ceará (UFCE)	500	8	2
TOTAL		4521	333	6

Fonte: Elaborado pelos autores.

De maneira a deixar mais claros os dados colhidos neste levantamento, estes foram organizados no gráfico 1.

Gráfico 1. Número de publicações nos Anais do ENALIC entre 2010 e 2018



Fonte: Elaborado pelos autores.

Observando o comportamento dos subgrupos 1 e 2, é possível observar que o número de trabalhos apresentados nas edições do ENALIC, com o passar dos anos, apresentou um aumento significativo, exceção feita ao ano 2018. Podemos entender que o evento está consolidado como um polo de divulgação científica dos cursos de licenciatura no Brasil e que, portanto, tem potencial para nos fornecer dados sobre a existência ou silenciamentos de pesquisas que trabalham com as temáticas Educação Ambiental e Formação Continuada de Professores.

Aliado ao aumento anual no número de publicações no ENALIC, também é possível perceber que o número de trabalhos apresentados com a temática Educação Ambiental também aumentou, com especial destaque para os anos 2013 e 2014, registrando 21% e 24% do total dos trabalhos apresentados, respectivamente.

Ao analisar o subgrupo 1, é perceptível que o aumento do número de publicações com foco na temática ambiental não veio acompanhado da intenção de ampliar o alcance desse estudo para o ambiente escolar, ou seja, o aumento desses estudos não trouxe à discussão a possibilidade de vincular as duas temáticas: Educação Ambiental e Formação Continuada de Professores (o levantamento feito aqui indica que o número dos trabalhos do subgrupo 2 se manteve praticamente constante e baixo).

Desse modo, após essa primeira análise, foi possível identificar que os trabalhos publicados no ENALIC que tratam do estudo da temática ambiental aliado à formação continuada de professores ainda representavam um percentual muito pequeno no universo das pesquisas educacionais no campo das pesquisas de formação docente, resultado que vai de encontro às pesquisas de Gatti, Barreto e André (2011), ou seja, o pequeno número de trabalhos com foco no estudo da temática ambiental nas licenciaturas não foi compensado por um aumento do estudo desta temática no ambiente de trabalho do professor.

Selecionados os trabalhos, os pesquisadores iniciaram o trabalho de leitura dos resumos dos artigos. Amparados em Ferreira (1999), este procedimento de leitura do resumo permitiu entender as discussões trazidas no corpo do trabalho e, portanto, embasou a decisão dos pesquisadores em considerá-lo como aderente ao objetivo da pesquisa ou, desfazendo uma primeira impressão equivocada dos objetivos do trabalho, decidiu-se por descartá-lo. Após a leitura dos resumos dos trabalhos do subgrupo 2, os pesquisadores concluíram que todos³ apresentavam aderência ao objetivo desta pesquisa.

Um segundo dado quantitativo que pôde ser evidenciado, desta vez pela leitura dos resumos dos trabalhos, diz respeito ao nível de ensino em que as pesquisas que deram origem a estes trabalhos foram desenvolvidas: 2 trabalhos foram desenvolvidos em cursos superiores e 2 deles na educação básica, sendo um em turma do Ensino Fundamental e outro em uma turma das séries iniciais.

4.2 Análise qualitativa dos artigos publicados

Devido ao pequeno número de trabalhos, os pesquisadores decidiram ler os quatro artigos e realizar uma análise qualitativa dos textos.

Pela leitura do artigo do ano 2013, fruto de uma pesquisa desenvolvida na educação superior, pôde-se observar que os autores manifestam preocupação com a formação dos professores no tocante à temática ambiental e a necessária formação continuada, apontando a necessidade de se trabalhar o senso crítico dos professores para organizar o cotidiano de estudo de maneira a trabalhar o todo (aspectos afetivos, atitudinais, éticos e de valores), fugindo do enfoque conteudista das questões ambientais. O artigo, no entanto, não apresenta nenhuma proposta de intervenção que objetive alterar o *status quo* apresentado pelos pesquisadores.

Já no evento de 2018, um dos trabalhos teve foco no Ensino Superior e, pela leitura deste, percebe-se que o estudo da temática ambiental e a formação continuada de professores é trabalhada em forma de pesquisa com os licenciandos e estes defendem uma educação ambiental reflexiva, transformadora e atuante, entendendo que caberia ao professor auxiliar no processo de aproximação das discussões que envolvem a temática ambiental ao cotidiano dos alunos da educação básica. Ao final, o artigo indica como possibilidades o trabalho com metodologias diferenciadas na prática pedagógica cotidiana, apresentando como alternativas o uso de pesquisas, leituras, seminários e aulas de campo.

Dessa forma, se compararmos os artigos de 2013 e 2018, é possível observar uma mudança de entendimento sobre o ensino da Educação Ambiental nas licenciaturas. Se no artigo de 2013 há uma crítica sobre como a temática ambiental tem sido tratada em

3 Registra-se que os pesquisadores não tiveram acesso a 2 (dois) trabalhos aceitos para o ENALIC, pois não estavam disponibilizados na página eletrônica do evento e, mesmo tentando contato com os autores via e-mail, não se obteve êxito em receber o arquivo (até o fechamento deste artigo).

sala de aula, mas não avança na proposição de intervenções para a mudança do quadro, já em 2018 evidencia-se uma maior profundidade no tratamento da temática.

O artigo publicado no ano de 2016 diz respeito a uma pesquisa realizada em uma turma das séries iniciais da educação básica, tendo foco nas leis de amparo às instituições de ensino que devem ter acesso à Educação Ambiental. O artigo trata não apenas do que deve ser ofertado, mas também do amparo aos professores que, no entendimento dos autores, devem ter uma formação teórico-prática sólida para conseguirem fazer tal abordagem, sustentando ainda a necessidade de se promover a Educação Ambiental em todos os níveis de ensino. O artigo ainda faz uma crítica sobre como ainda são realizadas essas abordagens da temática ambiental em sala de aula, de maneira acrítica e pouco ou nada contextualizada com o cotidiano dos alunos.

O outro artigo publicado no ano de 2018 descreve uma pesquisa realizada no Ensino Fundamental e alerta para a prática recorrente de se produzir, nas escolas, sem o devido debate e problematização, projetos já desenvolvidos em sala de aula nos anos anteriores. Segundo os autores, o que se observou foi a falta de planejamento e de estratégias para se relacionar a temática ambiental com as questões sociais que envolvem a comunidade escolar. Apesar de ser uma pesquisa voltada ao Ensino Fundamental, o artigo traz questões muito importantes para serem discutidas no ambiente escolar, tais como os impactos que a falta do trabalho de educação ambiental pode causar em uma sociedade, tendo os autores concluído que a educação ambiental trabalhada no cotidiano das escolas não teria uma abordagem crítica, emancipatória e transformadora. Ainda segundo os autores, seria perceptível que a Escola esteja se limitando apenas a fornecer informações básicas, sem levar em conta que a temática ambiental se trata de um assunto interdisciplinar e que deveria envolver toda a comunidade.

Após a leitura dos artigos, foi dada atenção ao fato de todos terem tomado como objeto empírico apenas práticas pedagógicas desenvolvidas nas aulas de Ciências e de Biologia, ou nos cursos de Ciências Biológicas. Esta constatação vai ao encontro da pesquisa desenvolvida por Pereira (2016). O autor já apontava, naquele ano, que havia um desequilíbrio no planejamento das propostas curriculares dos cursos de licenciatura (relação entre as atividades ligadas ao ensino, à pesquisa e à extensão). Segundo ele, “quando ajustamos o foco para identificarmos trabalhos que envolvam a temática Meio Ambiente, estes se encontram relacionados e ainda tidos como responsabilidade dos cursos de Geografia e Ciências Biológicas” (PEREIRA, 2016, p. 203).

Outro ponto importante para análise é que os artigos trouxeram pesquisas desenvolvidas em turmas do Ensino Fundamental e do Ensino Superior, mostrando a defasagem que se tem no Brasil em se abordar o assunto nos anos finais da educação básica (Ensino Médio). Essa carência de práticas pedagógicas com a temática ambiental no Ensino Médio pode ser uma evidência de que esse nível de escolarização esteja sendo organizado de maneira a ter foco no aspecto conteudista e preparatório

para os vestibulares e/ou Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), dentre outras provas de seleção.

5 Considerações finais

O objetivo geral desta pesquisa foi analisar os anais do ENALIC e selecionar os trabalhos que possuíam relação direta com a temática ambiental e que tivessem sido desenvolvidos em cursos de licenciatura. Tendo chamado a atenção o pequeno percentual desses trabalhos frente ao total de trabalhos publicados, os pesquisadores ampliaram a análise, ou seja, ajustaram o foco para selecionar, dentre aquele primeiro subgrupo, quais deles traziam a relação direta de trabalho da temática ambiental em cursos de formação continuada de professores. Após análise dos trabalhos, concluiu-se que apenas 0,13% do total de trabalhos do ENALIC (período 2010 a 2018) apresentavam pesquisas que relacionavam as duas temáticas. Se tomarmos por base apenas as pesquisas que tratam da Educação Ambiental, menos de 2% delas estudam a Formação de Professores, concomitantemente.

Os trabalhos analisados no ENALIC não apontam na mesma direção do trabalho de Gatti, Barreto e André (2011), ou seja, quando analisamos a inclusão da temática ambiental no ambiente de pesquisa das licenciaturas, o número de trabalhos que investigam o fazer docente no ambiente escolar do egresso é muito menor que o número de trabalhos com foco na formação inicial dos licenciandos.

Com base nos dados apresentados, foi possível perceber que, apesar de se observar no período em recorte um aumento no número de trabalhos publicados no ENALIC, o percentual de trabalhos que trata das temáticas ambiental e formação continuada de professores é muito baixo. Os resultados apresentam concordância com a pesquisa de Pereira (2016), uma vez que os projetos desenvolvidos nas escolas trabalhando a temática ambiental continuam sobre a responsabilidade dos professores das áreas de Ciências e Biologia.

Apesar das legislações ambientais e educacionais apoiarem o trabalho com a temática ambiental, tanto nos cursos de licenciatura quanto em cursos de formação continuada de professores, o que se observa é que as leis e demais documentos norteadores não têm sido suficientes ou ainda pouco efetivos em promover uma mudança significativa nas práticas pedagógicas. Assim, entende-se que é importante levar em consideração aspectos não somente legais, mas que sejam promovidas intervenções pedagógicas em todos os níveis de ensino para o desenvolvimento de uma maior consciência social e ambiental.

Nesse contexto, torna-se urgente que o senso crítico a respeito da temática ambiental deva ser desenvolvido desde a educação básica até o Ensino Superior, a fim de que não se procure apenas resolver problemas ambientais, mas que haja

consciência sobre a importância de se tratar a temática ambiental em todos os seus aspectos, incluindo as discussões políticas e sociais tocantes a ela. Concordando com Josso (2006) e Nóvoa (1995; 2009), neste processo de efetivo trabalho transformador, devemos focar na importância do sujeito professor, personagem fundamental para auxiliar no desenvolvimento crítico-reflexivo dos alunos. De maneira a permiti-lo executar essa tarefa, ele também precisa de amparo, não só legal, mas também de cursos de formação continuada que busquem capacitá-lo para assumir essa abordagem significativa, construtiva, crítica e transformadora da Educação Ambiental.

Por fim, cabe registrar a importância de investigarmos empiricamente os efeitos que a atualização das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica, por meio do Decreto CNE/CP nº 22/2019, trará para os currículos dos cursos de licenciatura e para a Educação brasileira.

Referências Bibliográficas

- BRASIL. *Lei n. 9795 - 27 de abril de 1999*. Dispõe sobre a educação ambiental. Política Nacional de Educação Ambiental. Brasília, 1999.
- BRASIL. Senado Federal. *Decreto 4.281/2002*. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4281.htm. Acesso em: 11 ago. 2019.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. *Parecer CNE/CP 014/2012*. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10955-pcp014-12&category_slug=maio-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 02 abr. 2020.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Formação Inicial e Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica. *Parecer CNE/CP 2/2015*. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=17625-parecer-cne-cp-2-2015-aprovado-9-junho-2015&category_slug=junho-2015-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 02 abr. 2020.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). *Parecer CNE/CP 22/2019*. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=133091-pcp022-19-3&category_slug=dezembro-2019-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 05 abr. 2020.
- CARVALHO, Izabel Cristina de Moura. *Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- CUNHA, Murilo Bastos da. *Para saber mais: fontes de informação em ciência e tecnologia*. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2001.
- DIAS, G. F. *Educação ambiental: princípios e práticas*. São Paulo: Gaia, 1992.
- FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. *Pesquisa em leitura: um estudo dos resumos de dissertações de mestrado e teses de doutorado defendidas no Brasil, de 1980 a 1995*. 1999. 110 p. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, 1999. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/252655>. Acesso em: 24 jul. 2019.
- GATTI, Bernadete A.; BARRETO, Elba de Sá; ANDRÉ, Marli E. D. A. *Políticas docentes no Brasil: um estado da arte*. Brasília: UNESCO, 2011.
- GONZAGA, Magnus José Barros. *Concepção de educação ambiental presente na prática pedagógica de professores da escola pública de Natal/RN*. Rio Grande do Norte, 2013. Disponível em: <http://www.anpae.org.br/simposio26/1comunicacoes/MagnusJoseBarrosGozaga-ComunicacaoOral-int.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2019.
- GUIMARÃES, Mauro; FONSECA, Lana Claudia; OLIVEIRA, Lia Maria T. de; SOARES, Ana Maria Dantas. *A pesquisa na formação do educador ambiental*. 2004. Disponível em: http://www.comscientia-nimad.ufpr.br/2006/02/acervo_cientifico/outros_artigos/artigo_mauro.pdf. Acesso em: 03 abr. 2020.

JOSSO, M. C. Os relatos de histórias de vida como desvelamento dos desafios existenciais da formação e do conhecimento: destinos sócio-culturais e projetos de vida programados na invenção de si. In: SOUZA, E. C.; ABRAHÃO, M. H. M. B. (Org.) *Tempos, narrativas e ficções: a invenção de si*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006, p. 21-40.

NÓVOA, A.(Org.). *Os professores e a sua formação*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1995.

NÓVOA, A. Para uma formação de professores construída dentro da profissão. *Revista de Educación*. n. 350, dez. 2009. p. 203-218. Disponível em: <http://www.mecd.gob.es/revista-de-educacion/numeros-revista-educacion/numeros-anteriores/2009/re350.html>. Acesso em: abr. 2020.

PEREIRA, Cláudio Alves. *A Inserção da Temática Meio Ambiente nos Cursos de Licenciatura do IFMG: análise das possibilidades a partir dos Projetos Políticos Pedagógicos e da visão dos coordenadores*. 2016. 224f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Departamento de Educação, Universidade Federal de Lavras, Lavras, MG, 2016.

SHÖN, D. A Formar professores como profissionais reflexivos. In: NÓVOA, A. (Org.) *Os professores e sua formação*. Lisboa: Dom Quixote, 1995.

SLONGO, Ione Inês Pinsson. *A produção acadêmica em Ensino de Biologia: um estudo a partir de teses e dissertações*. 2004. 364f. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

ZAKRZEWSKI, S. B. B.; SATO, M. Refletindo sobre a formação de professor@s em Educação Ambiental. In: SANTOS, J. E.; SATO, M. *A contribuição da Educação Ambiental à esperança de Pandora*. São Carlos: Rima, 2001, p. 63 - 84.